SUMÁRIO

1. ACENDRAMENTO INDISPENSÁVEL 1

2. PRINCIPIANDO (CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS). RELEVÂNCIA. ASPECTOS CONCEITUAIS 3

3. OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS E A EVOLUÇÃO DO PROCESSO BRASILEIRO 9

4. OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS. AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL EM FACE DO DIREITO MATERIAL. BREVE RETROSPECTO 13

5. CONCEITO DE PRINCÍPIO JURÍDICO 15

6. FUNÇÕES DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS 19
   - 6.1. Função orientadora 20
   - 6.2. Função interpretativa 21
   - 6.3. Função integrativa 23
   - 6.4. Função normativa 24

7. PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL 27
   - 7.1. Princípio lógico 28
   - 7.2. Princípio econômico 29
   - 7.3. Princípio político 30
   - 7.4. Princípio jurídico 31

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS. NÓTULA PROPEDÊUTICA 33
8.1. Princípio do devido processo legal 33
8.2. Princípio da segurança jurídica 38
8.3. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à justiça)..... 40
8.4. Princípio do juiz natural..... 44
8.5. Princípio da independência do Poder Judiciário..... 48
8.6. Princípio da igualdade processual (isonomia) (imparcialidade)..... 49
8.7. Princípio do contraditório 55
8.8. Princípio da ampla defesa..... 60
8.9. Princípio da proteção à coisa julgada 62
8.10. Princípio da proibição da prova ilícita..... 68
8.11. Princípio da publicidade dos atos processuais 69
8.12. Princípio da motivação das decisões judiciais 71
8.13. Princípio do duplo grau de jurisdição..... 75
8.14. Princípio da aceleração processual 77
8.15. Princípio de (da) demanda 80
8.16. Princípio dispositivo 82
8.17. Princípio da instrumentalidade..... 86
8.18. Princípio da oralidade 88
8.19. Princípio da adequação do procedimento 91
8.20. Princípio da adaptabilidade do procedimento 93
8.21. Princípio da verossimilhança 95
8.22. Princípio da lealdade processual (probidade) 98
8.23. Princípio da cooperação 101
8.24. Princípio da preclusão 102
8.25. Princípios setoriais específicos..... 106
8.25.1. Princípios inerentes às provas..... 107
8.25.2. Princípios inerentes à execução..... 110
8.25.3. Princípios inerentes à tutela cautelar..... 114

9. MISCELÂNEA PROCESSUAL: POR UMA REVISÃO DO ÂMBITO DE COGNOSCIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.... 117

10. CONCLUSÕES..... 121

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL À LUZ DAS JURISPRUDÊNCIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 133

Temas tratados no Capítulo 8: 133

- Princípio do devido processo legal (item 8.1) 133
- Princípio da segurança jurídica (item 8.2) 135
- Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à justiça) (item 8.3) 136
- Princípio do juiz natural (item 8.4) 136
- Princípio da independência do Poder Judiciário (item 8.5) 137
- Princípio da igualdade processual (isonomia) (imparcialidade) (item 8.6) 140
- Princípio do contraditório (item 8.7) 141
- Princípio da ampla defesa (item 8.8) 142
- Princípio da proteção à coisa julgada (item 8.9) 142
- Princípio da proibição da prova ilícita (item 8.10) 142
- Princípio da publicidade dos atos processuais (Item 8.11) 145
- Princípio da motivação das decisões judiciais (item 8.12) 145
- Princípio do duplo grau de jurisdição (item 8.13) 146
- Princípio da aceleração processual (item 8.14) 147
- Princípio de demanda (item 8.5) 148
- Princípio dispositivo (item 8.16) 148
- Princípio da instrumentalidade (item 8.17) 149
- Princípio da oralidade (item 8.18) 149
- Princípio da adequação do procedimento (item 8.19) 150
- Princípio da adaptabilidade do procedimento (item 8.20) 151
- Princípio da verossimilhança (item 8.21) 151
- Princípio da lealdade processual (item 8.22) 153
- Princípio da cooperação (item 8.23) 154
- Princípio da preclusão (item 8.24) 155

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 157

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br